

ARTIGOS

VIVER E LUTAR NO SERTÃO DAS GERAES: MULHERES LÍDERES EM UM CONTEXTO DE DESTRADICIONALIZAÇÃO

Elizabeth Ma. Fleury-Teixeira

Fundação Oswaldo Cruz

E-mail: elizabethf@cpqrr.fiocruz.br

Resumo: Nesse artigo mostramos quem são as líderes que surgiram no sertão de Minas Gerais entre os anos 1980 e o novo século, como se constituíram como lideranças e o que propõem para as mulheres de sua região. No início do estudo, acreditávamos que a redemocratização, com a reorganização das forças políticas e sociais, tivesse sido um terreno fértil para a consolidação de lideranças femininas que iniciaram sua atuação na fase mais dura dos governos militares. A ida a campo comprovou essa hipótese. Estão na base teórica de explicação do fenômeno aqui estudado as teorias do patriarcado, em sua chave feminista, e a teoria da modernidade reflexiva, utilizada quando discutimos aspectos da destradicionalização. Nossa escolha metodológica recaiu sobre o método de integração quali-quantitativa de Benz e Newman (1998). A partir de uma base construída com dados quantitativos colhidos em 2008 e em uma etapa qualitativa realizada em 2012, encontramos mulheres que se definem enquanto líderes, produzem inovações em seu entorno com o aval da religião católica de linha progressista e fazem arranjos na vida privada para não desconstruir o vínculo amoroso e seguir na vida pública, única esfera onde, de fato, rompem com a tradição e o papel destinado às mulheres de sua região.

Palavras-chave: mulheres líderes; redemocratização; patriarcado; modernidade reflexiva; destradicionalização.

Abstract: In this article, we show who they are, how they became leaders and what kind of agendas propose to women in their region the women leaders who emerged in the hinterlands of Minas Gerais between 1980 and the new century. Our initial hypothesis was that democracy, with the reorganization of the political and social forces, has been a fertile ground for the consolidation of female leaders who began their performance in the toughest stage of the military government which proved to be true during the investigation. Theories of patriarchy in her feminist key and the theory of reflexive modernity constitute the theoretical basis for the explanation of the phenomenon. Our methodological choice fell on the method of qualitative and quantitative integration of Benz and Newman (1998). Using data collected in 2008 among

women leaders from five regions of Minas Gerais and in 2012 in a qualitative research phase, we found women who defined themselves as leaders and produce innovations in their environment with the support of the progressive Catholic sector, make arrangements in private life to not interrupt the bond of love and continue in public life, the only area where, in fact, break with the tradition and the role of women in the region.

Keywords: female leaders; democratization; patriarchy; modernity; detraditionalization.

1 - Introdução

Esse artigo analisa o fenômeno do surgimento de mulheres líderes no médio Rio Doce, estado de Minas Gerais, nas suas relações com a *destradicionalização*. O marco temporal inicial é o começo da década de 1980, momento no qual ocorreram importantes mudanças políticas no Brasil, notadamente uma lenta retomada da democracia. Assumimos o pressuposto de que o fenômeno em questão resulta da combinação do renascimento, ao final dos anos 1970, de lutas sociais impulsionadas pela reorganização dos movimentos de trabalhadores, renascimento este que envolveu: 1) a ação de intelectuais, jornalistas, artistas e grupos mais à esquerda que lutavam contra o governo militar; e, 2) a atuação dos movimentos de mulheres e do movimento feminista brasileiro.

As vertentes explicativas do fenômeno analisado nesse artigo articulam as teorias do patriarcado contemporâneo, em uma chave feminista (WALBY, 1990; PATEMAN, 1993), com a teoria da modernidade reflexiva (GIDDENS, 1991; BECK, GIDDENS e LASH, 1997).

Os estudiosos do contrato social, fenômeno que marca a transição para a era moderna e a vitória da posição liberal com as revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, costumam dizer que a queda do patriarcado é um fato ocorrido há pelo menos 300 anos. No entanto, teóricas feministas inauguraram uma nova discussão sobre este tópico já no final dos anos 1960, afirmando que o patriarcado apenas mudou de formato, sobrevivendo à transição para as sociedades da era do contrato social (PATEMAN, 1993).

Conforme Aguiar (1997; 2015), o conceito de patriarcado tem sido muito empregado pela Ciência Política e pela Sociologia, de forma tipificada, para se referir a uma forma originária de exercício de poder por um chefe de família extensa sobre os demais membros ou sobre a comunidade circundante, o que é corroborado por estudos como o de Toennies (2002), Weber (1979) e Maine (1970).

Na falta de instituições políticas o patriarca é soberano em suas decisões, constituindo a autoridade máxima em assuntos econômicos, jurídicos e políticos sobre os seus comandados. A família estendida é compreendida por esposa, filhos e filhas, esposas e esposos de filhos e filhas, netas e netos, concubinas, escravos e agregados. A autoridade do chefe é ilimitada, com poder de vida e morte, de reconhecimento ou exclusão econômica, e de arbítrio sobre os destinos de seus comandados. A esposa do patriarca exerce algum poder sobre a família, mas a autoridade suprema é a do chefe, já que algum poder poderia ser compartilhado com a esposa, sem que isso representasse uma redução dos poderes da autoridade suprema exercida pelo patriarca. Esse poder se torna mais complexo com o desenvolvimento político e com a ampliação do território sob a gestão patriarcal. (Aguiar, 2015, p. 271).

Conforme Walby (1990, p. 177), há seis estruturas fundamentais que compõem o patriarcalismo:

Estas são (1) o modo patriarcal de produção; (2) relações patriarcais no trabalho pago; (3) relações patriarcais no Estado; (4) violência masculina¹; (5) relações patriarcais na sexualidade; e (6) relações patriarcais em instituições da cultura, incluindo religiões, mídia, educação. Em diferentes tempos e lugares, algumas das estruturas são mais importantes que outras. A eliminação de uma não faz com que ceda o sistema em seu conjunto. Logicamente isto poderá ter muitas formas, desde que eu identifiquei seis estruturas do patriarcado e dois outros sistemas maiores com os quais tem toda a articulação. Eu estou querendo sugerir que em recente História do Ocidente existem duas formas maiores, uma delas pode usualmente ser subdividida em duas. O propósito de fazê-lo é para demonstrar que o patriarcado não é a-histórico, conceito universalista. Na verdade, eu estou argumentando que os diferentes aspectos da desigualdade de gênero são suficientemente interrelacionados para serem compreendidos em termos de um sistema do patriarcado.

Diferentes analistas trazem à discussão as transformações profundas que o mundo ocidental sofreu ao passar da sociedade feudal e agrária para a capitalista e industrial. É essa transição que marca o início da modernidade. É ela também que estabeleceu uma nova forma de produção e distribuição da riqueza e novas relações sociais, onde a produção estava associada à desigualdade.

Para Ulrich Beck (2010), a *primeira modernidade* deu origem a uma sociedade de Estados nacionais, dotada de estruturas coletivas, de pleno emprego, de rápida industrialização e de exploração da natureza não visível. Este sociólogo alemão assinala que o modelo da primeira modernidade - também chamada de modernidade simples ou industrial - afirmou-se na Europa, a partir do século XVIII, através de várias revoluções políticas e industriais. Ele ressalta que a passagem da modernidade simples para a nova modernidade não se dá apenas com rupturas. Ao contrário, neste processo, características do primeiro modelo sobrevivem dentro do novo modelo emergente.

Importante para essa discussão é o conceito de modernidade reflexiva proposto por Giddens (1991). Tal conceito refere-se a um processo (contínuo, praticamente autônomo e pouco percebido) de mudanças que afeta as bases da sociedade industrial. O próprio capitalismo - que forjou esta sociedade industrial - é agente de sua transformação. Diante de uma realidade que não para de se alterar, as pessoas tendem a valorizar as antigas certezas da sociedade industrial, criando momentos em que é necessário decidir entre

1 Quando todas as outras instâncias de exclusão das mulheres deixam de funcionar, a violência é utilizada como um importante fator para coibir o avanço delas no processo de libertação de sua submissão histórica.

uma convicção do passado e uma realidade transformadora. Este confronto entre as convicções herdadas e as novas formas sociais confere à modernização um caráter reflexivo. Para Giddens (1991), a reflexividade provoca exames e reformulações em práticas sociais, que são constantemente examinadas à luz de informações renovadas sobre as próprias práticas, alterando continuamente o seu caráter.

A modernidade aqui descrita é um fenômeno que parece oferecer às pessoas oportunidades de uma existência segura e gratificante se comparada ao período pré-moderno. Porém, os riscos gerados pelo próprio desenvolvimento lançam problemas antes desconsiderados. Questões como o controle de armas nucleares e degradação do meio ambiente são capazes de colocar em risco todas as sociedades e afetar a todos indistintamente. Neste ambiente incerto, onde as instituições não são mais capazes de oferecer a segurança observada na sociedade industrial, cada indivíduo se vê diante da socialização dos riscos, independente da ação individual. Um dos temas que esse artigo aborda é como essas transformações profundas, advindas da modernidade, chegaram aos confins do Brasil.

As perguntas definidas para a realização da pesquisa de que trata esse artigo resumem, de forma sucinta, o que discutiremos aqui. São elas: Qual é o perfil social, econômico, cultural e político das mulheres líderes que estão emergindo no interior de Minas?² Quais as agendas políticas que surgem com elas? O que caracteriza o fenômeno da emergência de mulheres líderes na região do médio Rio Doce, no interior de Minas Gerais? Seriam as comunidades dessa região, de fato, sociedades tradicionais em transformação? Seria correto afirmar que é no bojo das transformações acima referidas que estas líderes estão emergindo? Em que medida os fenômenos encontrados nessa região de Minas correspondem a algumas características descritas pelos teóricos da sociologia quando descrevem as sociedades tradicionais e o fenômeno da destradicionalização?

2 - Aspectos metodológicos: caminhos da investigação, metódica, perfil das líderes e contexto do estudo

A pesquisa, cujos resultados discutimos aqui, se iniciou a partir de uma base construída com dados quantitativos colhidos entre mulheres líderes de cinco regiões do interior de Minas Gerais, matriculadas em um curso de

2 Dados sobre esse perfil foram obtidos através da aplicação de um questionário aplicado durante o I Curso de Mulheres Líderes realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher da Universidade Federal de Minas Gerais (Nepem-UFMG) em 2008.

lideranças políticas realizado em 2008. Posteriormente, em 2012, montamos um estudo empírico usando referências metodológicas do método de integração quali-quantitativa (BENZ e NEWMAN, 1998). Desta vez, por meio de entrevistas semiestruturadas, analisamos o perfil socioeconômico e cultural de 24 mulheres e aprofundamos aspectos revelados pela amostra original. Nessa segunda etapa, entrevistas foram realizadas exclusivamente em Governador Valadares e seu entorno. As líderes entrevistadas na segunda etapa viviam em Governador Valadares, em pequenas cidades vizinhas (Engenheiro Caldas, Sobrália e Tumiritinga) e em assentamentos rurais, sítios e localidades próximas. Também foram entrevistadas outras mulheres, donas de casa, indicadas por elas que, em tese, não viviam a experiência da liderança. Isso foi feito no intuito de compreender melhor o universo cultural em que estavam inseridas as mulheres líderes.

A fase de análise de dados nos mostrou que não tínhamos cometido um equívoco ao recortar aquela região do leste mineiro para nosso estudo. Os contrastes produzidos pelo modelo de desenvolvimento construído ali moldaram um contexto rico de contradições e conflitos onde líderes de várias tendências, que representavam interesses diversos, foram se constituindo ao longo dos últimos 40 ou 50 anos. Tal modelo envolve riquezas de subsolo e terras férteis, grandes propriedades rurais que se constituíram desde os tempos do Império e grandes companhias criadas já no século XX, que alavancaram as explorações de minério.

Até os anos 40, aproximadamente, a região do Vale do Rio Doce produziu café, cana-de-açúcar, fumo e algodão, além de plantar mandioca, batata, arroz, milho e feijão, oriundos quase sempre da economia de subsistência a cargo dos posseiros locais. Daí em diante, a região foi se tornando uma das principais áreas da pecuária bovina de corte, além de sediar a instalação de empresas de capital nacional e estrangeiro como as siderúrgicas Belgo-Mineira, Acesita, Companhia Vale do Rio Doce e outras destinadas à extração e à exploração da mica e do berilo. (BORGES, 2004, p. 307).

Trata-se de um cenário onde tem ocorrido muitas lutas desde os tempos antigos. Borges (2004), analisando as representações da cultura do latifúndio e da cultura camponesa em meio aos acontecimentos que antecederam ao golpe de 1964, registrou a ocorrência em Governador Valadares de situações de disputa, às vésperas da anunciada reforma agrária do governo Goulart, entre sindicatos de trabalhadores rurais e sindicatos de proprietários de terra. Nas considerações finais de seu trabalho, ela contextualiza a realidade atual que vem produzindo modificações importantes na estrutura de poder nacional e na composição do poder local, inclusive possibilitando a emergência das líderes que encontramos ali.

Ora, a atual diferenciação das formas de luta nas áreas rurais coloca-nos diante de uma situação abortada pelo golpe de 1964. O caso dos sindicatos de trabalhadores rurais do Vale do Rio Doce, analisado neste artigo, mostra-nos a pluralidade do universo rural, naquele momento desconsiderada até mesmo pelas organizações de esquerda. Independentemente dos elos comuns que perpassam a realidade dos chamados “novos personagens do mundo rural”, há que reconhecer a retomada da democracia como fator crucial para que esses, e outros atores coletivos, possam continuar a expressar, de dentro para fora, suas identidades socioculturais. O respeito à alteridade por sua vez é condição para se seguir na busca de estratégias políticas que garantam aos diferentes atores da sociedade uma inserção política e social que tanto lhes permitirá manter suas tradições, quanto lhes possibilitará participar das aquisições materiais e simbólicas em curso. (BORGES 2004, p. 322).

Foi nesse cenário que encontramos as mulheres líderes e as outras entrevistadas: presidentes de sindicatos rurais; vereadoras de pequenas localidades do entorno de Governador Valadares; vereadoras da própria cidade; diretoras e presidentes de sindicatos rurais; líderes de assentamentos; gestoras de estruturas municipais, como prefeituras, coordenadorias e assessorias. Encontramos também com mulheres de diferentes perfis educacionais e políticos que formavam um painel bastante variado de universos, sujeitos e visões de mundo: estudantes e donas de casas que se revelaram líderes de seus próprios grupos ou fundadoras de associações de moradores; operárias aposentadas; esposas de pastores batistas; esposas de policiais; avós; mães; estudantes; analfabetas; semianalfabetas; graduadas nas universidades e pós-graduadas.

Poderíamos examinar as questões que são objeto desse artigo desde o ponto de vista de diferentes atores: proprietários de terras, membros da administração pública municipal ou políticos que, organizados em suas representações locais, vêm liderando o processo de modernização da vida nas áreas rurais e urbanas. No entanto, escolhemos nessa pesquisa ouvir as mulheres que emergem da esfera doméstica no campo; as mulheres que avançam da vida privada para a vida pública e assumem postos no legislativo municipal das pequenas cidades. As mulheres que se encontram em cargos expressivos na maior cidade da região ou que exercem seu aprendizado em lidar com as estruturas partidárias nessa cidade de porte médio para atuar no cenário público; as mulheres que estiveram nas fábricas da região e hoje relatam suas memórias; as mulheres que exercem liderança em sindicatos rurais instalados nas pequenas localidades vindas de esferas privadas e que guardam lembranças dos tempos mais duros dos governos militares ou relembram alguma tradição da vida camponesa e aprendem a exercer seu papel neste novo século.

Podemos afirmar que as líderes que ouvimos nas pequenas cidades, nos assentamentos rurais, nos sítios e na cidade de Governador Valadares têm se organizado internamente com suas próprias memórias de família, seus aprendizados da vida privada e, externamente, em seu aprendizado de estar na vida pública nesse momento no chamado Brasil profundo, no espaço do sertão mineiro, para superar a ordem patriarcal. Esse nos parece ser o esforço vital que fazem ao tomar iniciativas que mudaram o curso de suas vidas e, muitas vezes, ao tomar também parte nas decisões coletivas, as vidas de suas comunidades. Algumas, como Glorinha, Viene, Elisa, Dorinha, Damaris e Mariinha, contaram com maior amparo de familiares próximos. Já outras, a exemplo de Martinha, Dilene, Damiana, Ivani e Cida, vivenciaram enfrentamentos objetivos na vida familiar, tendo que reverter toda uma tradição de submissão e baixas expectativas de futuro de seus antepassados para si próprios e para seus filhos. Isso foi registrado em detalhes na história de Ivani, uma expressiva liderança do assentamento Terra Prometida, ex-presidente de sindicato de trabalhadores rurais de sua região que, em 2013, assumiu seu primeiro mandato parlamentar na Câmara Municipal de Tumiritinga.

Parece-nos digno de registro que, ao ouvi-las, nos damos conta da substância, pouco percebida em diferentes análises, das suas vidas cotidianas.³ A nosso ver, o que seus discursos apontam é que elas vêm tentando romper com a ordem patriarcal ainda presente dentro da vida contemporânea, tal como descrita por Pateman (1980) ou por Walby (1990) quando explicam o que mantém a vigência de tal ordem. As experiências relatadas por estas líderes também nos deixam perceber que muitas conseguem manter seus matrimônios na mesma medida em que os companheiros apoiam a luta que elas assumem.⁴ Isso, contudo, depende da experiência política que os casais vão conseguindo construir juntos ou cada um por sua própria conta. Os homens que ficam pelo caminho nessas uniões afetivas com as mulheres líderes, pelo que se pôde perceber, fazem parte da grande maioria daqueles que estão fortemente enredados na tradição patriarcal.

3 - Achados da mostra de 2012

Ao estruturar o projeto da pesquisa de 2012, adotamos a abordagem de integração quali-quantitativa (BENZ e NEWMAN, 1998; GOODWIN e HOROWITZ, 2002) para construir o instrumento que nos levaria a aprofundar o estudo pela metodologia qualitativa.

3 São poucos os estudos existentes sobre as modificações da vida feminina no sertão brasileiro.

4 Geralmente, isso ocorre porque eles percebem que esta luta encontra-se no território da ordem patriarcal.

Benz e Newman (1998) advogam que a integração entre os dois métodos (qualitativo e quantitativo) se faça através do que denominam de *continuum iterativo*. Eles propõem um *continuum* que, na verdade, é uma leitura da lógica embutida nos modelos metodológicos. Na tabela que constroem para desvelar essa lógica, fazem a transição de um método ao outro e revelam, então, como se dá essa transposição. Em nosso caso, construímos nossas próprias tabelas com as informações colhidas nas 24 entrevistas semiestruturadas realizadas com as mulheres em 2012. Essa construção nos auxiliou na análise dos dados levantados nas quase 40 horas de entrevistas gravadas com as mulheres.

Consideramos que a construção de um *continuum iterativo* foi bastante útil para o nosso caso, por entendermos que ele enriquece o olhar da pesquisa e ressalta nuances que consideramos importantes para tentar compreender como os fenômenos em foco afetam a vida das mulheres daquela região.

Ao adotar a metodologia de integração quali-quant, nós fizemos as adaptações necessárias às nossas condições e interesses. Por exemplo, diferentemente da sequência já reconhecida nas *metodologias integrativas* (geralmente começa-se pela pesquisa qualitativa e, depois, se vai para a pesquisa quantitativa), adotamos aqui o caminho inverso. Isto porque, tendo em vista que havíamos participado da produção da base de dados quatro anos antes (em 2008), chegamos ao tema sabendo que estávamos munidas de informações quantitativas para construir o instrumento (questionário semiestruturado) que nos levaria agora a aprofundar o estudo pela metodologia qualitativa.

Mulheres líderes da região noroeste de Minas constroem várias estratégias para compatibilizar a manutenção do casamento com a esfera das responsabilidades da vida pública, a exemplo da negociação de uma nova divisão do trabalho doméstico. Às vezes o companheiro se sensibiliza e aceita essa nova dinâmica. Quando não, se for importante para a vida a dois, elas aceitam ficar na dupla ou tripla jornada de modo a não romper o casamento e a preservar o espaço na vida pública. A última atitude que tomam é a separação matrimonial, conforme mencionado em vários depoimentos. Portanto, nesse quesito, não observamos uma ruptura dessas mulheres líderes com a ordem moral ou social onde estavam inseridas. Em sua vida privada elas dão seguimento à tradição no campo dos costumes familiares e de seu grupo socioeconômico e cultural. E é isso o que elas, quando expressam suas opiniões, defendem para si, para os seus e para a vida social.

A maioria das entrevistadas, tanto entre líderes como entre as donas de casa, se encontrava vivendo com um companheiro quando da realização da

pesquisa. Entre as 14 líderes, somente duas haviam se separado do primeiro casamento, mas ambas já estavam em novos relacionamentos.

O enfrentamento e aperfeiçoamento da ordem estabelecida para elas se dá na luta política pela via da inserção em partidos mais à esquerda ou de centro; da militância em sindicatos de trabalhadores rurais; da participação em associações de moradores e em movimentos de donas de casa e de luta pela preservação ambiental. É nesses espaços que elas tentam, por meio de estratégias diversas, um aprofundamento da democracia na vida social.

A posição das mulheres em relação a temas polêmicos

Certos temas dividem opiniões e traçam fronteiras entre pessoas, grupos, sociedades e culturas. Partindo dessa premissa, a pesquisa sociológica utiliza a pesquisa de opinião, tanto a quantitativa como a qualitativa, e atribui a temas considerados polêmicos o papel de indicadores do grau de abertura à modernidade e à flexibilização da tradição, propondo-se dessa maneira a traçar certos parâmetros de análise a partir de índices de rejeição ou aceitação. Adotando essa perspectiva, elegemos alguns temas da agenda feminista considerados indicadores importantes do grau de tradição ou destradicionalização das comunidades visitadas.

Uma vez que nosso interesse era analisar o quanto as mulheres líderes se aproximavam ou se distanciavam do ideário da tradição ou da modernidade, em certo momento das entrevistas esses temas/indicadores foram abordados. Assim, questões como respeito às diferentes orientações sexuais; a autonomia e a liberdade das mulheres; e o modo como um dado grupo ou sociedade enxerga o tema da procriação e permite ou limita as decisões das mulheres nesse campo apareceram na agenda das entrevistas. Neste caso, escolhemos como indicadores de um descolamento da tradição os temas *aborto*, *divórcio*, *homossexualidade* e *liberdade sexual para jovens*.

Para esta análise, foi decisiva para nós a construção de tabelas que denominamos *Tabela de Opiniões sobre Temas Polêmicos* ou *Tabelas de Contrás*. Nelas, registramos não apenas categorias em que organizamos as opiniões das mulheres, mas também os indicadores que resumem algumas de suas mais importantes características de pensamento nesses campos. A partir desse formato, surgiram questões que elucidaram de que maneira alguns elementos objetivos de seus perfis podem estar influenciando suas opiniões sobre os temas considerados polêmicos.

Assim, quando analisamos a possibilidade de impacto das variáveis *nível de escolarização* e *ocupação profissional* sobre as opiniões de mulheres, nos chamou atenção o fato de que aumenta a incidência de certos padrões

semelhantes se o grupo analisado é de mulheres donas de casa analfabetas ou com escolarização apenas básica.

Entre todo o conjunto das entrevistadas, dez mulheres - não importando o local de moradia, se era liderança ou dona de casa, se tinha alto nível de escolaridade ou de renda ou o contrário - registraram alguma opinião totalmente contrária em relação aos temas tratados aqui.

Por exemplo, as três únicas mulheres sem escolarização (analfabetas) encontradas na pesquisa estão nesse grupo das *contras*. As sete mulheres que declararam renda familiar mais baixa no conjunto de todas as entrevistadas - entre um salário mínimo e três e meio salários mínimos -, também estão nesse grupo que se manifesta contra alguns dos itens da lista dos temas polêmicos. Igualmente estão nele oito das dez donas de casa entrevistadas. Isto nos leva a pensar que variáveis como *nível de escolaridade*, *baixa renda* e *ocupação* podem ter impacto nas visões das entrevistadas diante desses temas.

O que também chama atenção é a variável *número de filhos*, que nitidamente parece impactar a opinião de algumas mulheres sobre o tema *aborto*. A rejeição total à prática do aborto (inclusive ao aborto legal, autorizado pelo STF)⁵ manifestada por seis mulheres desse pequeno grupo de dez parece revelar algum vínculo com outras quatro variáveis: *número de filhos*, combinado ou não com *idade* (fase de procriação de certas mulheres), combinado com *religiões* mais conservadoras nesse quesito e ainda com a variável *renda*.

Em outras palavras, em uma análise cuidadosa, podemos ver que das seis mulheres que se manifestaram inteiramente contra a prática do aborto, não importando se a grávida foi vítima de estupro ou se carrega um feto com anencefalia em sua gestação, quatro delas são mães de seis filhos, uma é mãe de três filhos e uma é mãe de nove filhos. Outras duas variáveis ainda são observadas e parecem estabelecer algum vínculo com as opiniões dessas mulheres: a *baixa renda familiar* e o *baixo nível de escolaridade*. Uma dessas mulheres, a mãe de seis filhos que encabeça a lista, tem ensino fundamental e renda familiar de dois salários mínimos. A outra entrevistada, mãe de três filhos, tem ensino fundamental, e embora declare renda de sete salários mínimos, trata-se de esposa de um pastor presbiteriano com forte atuação social em sua igreja e comunidade, indicando, neste caso, a importância da variável *religião*. Uma terceira entrevistada, mãe de nove filhos, é analfabeta e tem renda de dois salários mínimos. Vale registrar que as três analfabetas encontradas entre as 24 mulheres entrevistadas estão no grupo das que se manifestaram contra o aborto ou contra a liberdade sexual praticada por jovens (notadamente a liberdade para moças jovens).

5 De acordo com as leis vigentes no Brasil, estão autorizados para serem realizados pela rede pública de saúde abortos de gravidez resultante de estupros ou de mulheres grávidas de fetos com anencefalia.

Outro aspecto que nos parece relevante é a regularidade da *questão geracional*, comum a muitas das mulheres que se posicionaram contra alguns dos itens polêmicos. Das dez mulheres que se posicionaram contra algum dos temas mencionados na pesquisa, mais da metade tem acima de 60 anos de idade, ao lado do fato de que são elas mesmas as que têm maior *número de filhos*, mais *baixa renda familiar* e mais *baixo nível educacional*. São variáveis que devem ser levadas em consideração quando se discute o tema em foco.

Modernidade: um mundo à parte

Na análise das entrevistas parece claro que as mulheres líderes encontradas no leste de Minas constroem enfrentamentos em sua prática política. Contudo, na vida privada, negociam para manter inalterados os laços que as ligam à tradição. Isso deixa à mostra que elas construíram um mundo à parte, que é sua prática na vida política. Mas não há qualquer relato em que assumam experimentar essa separação entre as duas esferas – a *persona pública* e a *persona privada*. Todos os relatos colhidos na pesquisa dão conta de que para elas essa divisão em um *mundo da tradição* e um *mundo da modernidade* parece fazer parte da vida cotidiana, fenômeno que tratam com naturalidade e parecem compreender. E, mais que isso, parecem aceitar que uma transição está sendo construída e que são sujeitos desse processo.

Na realidade, em todo o estudo, somente aí aparece uma divergência digna de nota entre os dois grupos, o das líderes e o das donas de casa. Destacamos que das nove donas de casa entrevistadas na região pela pesquisa, duas estão a meio caminho entre um perfil e outro – isto é, tanto são donas de casa como líderes. Uma delas, além de também já ter trabalhado em prefeitura em São Paulo, de onde se origina, é a fundadora do Movimento das Donas de Casa de Valadares e preside o conselho das associações de moradores da cidade. A outra, dona de casa e também líder, ajudou a organizar e é a vice-presidente da associação de moradores do Centro de Governador Valadares, além de atuar no PSD. Ou seja, é borrada a fronteira que separa *donas de casa* das *mulheres líderes*: várias integrantes do grupo de *donas de casa* transitam/transitaram por outras esferas, seja no mundo do trabalho, seja no mundo político. No entanto, durante as entrevistas, as *mulheres líderes* demonstraram maior capacidade para discutir temas que exigiam raciocínio abstrato, diferente da timidez ou até mesmo impossibilidade de quase todas as *donas de casa* em formular uma discussão mais elaborada ou, simplesmente, comparativa.

A percepção que fica é que as mulheres que de algum modo romperam o cerco dos costumes ou da cultura da sociedade à sua volta dão mostras

de maior liberdade e capacidade de pensar o mundo em que vivem. Esse é o traço que diferencia as que pertenciam a um grupo e ao outro grupo. Um traço que separou grupos civilizatórios historicamente falando. Ao compararmos essa liberdade de pensamento e opinião demonstrada por elas com a grande demanda por mais igualdade, reconhecimento, autonomia e liberdade evidenciada, julgamos que as líderes reconhecem não apenas a luta que empreenderam e empreendem ali no sertão mineiro para manter suas posições de autonomia de reflexão e ação, como têm de fato consciência do longo caminho que aguarda as outras mulheres que buscam o mesmo espaço que conquistaram.

Melhorando a vida das mulheres

Achamos relevante registrar também que mais da metade do grupo de 2012, em Governador Valadares, Engenheiro Caldas, Sobrália, Tumiritinga, assentamentos e sítios, sugere intervenções no campo de *trabalho e renda* (19 propostas) ou dentro da *agenda feminista* (19 propostas). Isso em um universo de 72 propostas possíveis – ou seja, cada uma das 24 mulheres teve a chance de fazer três propostas. Na análise que fizemos de suas ideias, identificamos campos de abordagem distintos, tais como *igualdade de direitos; autonomia e liberdade; reconhecimento*; além de *prevenção e/ou combate às diversas formas de violência* (contra mulheres, crianças e adolescentes) – temas caros à agenda feminista. Além disso, surgiram aqueles temas que expressam demandas das sociedades locais como um todo, tais como *trabalho e renda, educação e saúde*, também pautadas nos últimos três séculos não apenas pelas lutas de trabalhadores, mas pelos movimentos feministas e de mulheres como indicadores de baixa autonomia ou, em seu processo de emancipação como estratégias para romper com a desigualdade de tratamento que as sociedades historicamente dispensaram às mulheres.

Tradição legítima o que muda

Finalizando, há um aspecto para o qual gostaríamos de chamar a atenção: tanto na vida rural quanto na urbana, as mulheres líderes encontradas pela pesquisa conjugam a liderança de movimentos sociais ou políticos ou liderança burocrática com a experiência de liderança no campo religioso. Esse é um traço característico que unia todas elas, não importando outras diferenças como posição no espectro ideológico, nível de renda, nível de educação, vinculação ao campo ou à cidade ou crença religiosa.

Não há como separar uma vivência da outra. Elas se constituem em líderes também na medida em que fazem um discurso que reproduz convicções e ensinamentos do campo religioso e isso parece ser uma forma de legitimação dessas mulheres líderes. Dito de outro modo, tudo leva a crer que os costumes da região abrem espaços para estas lideranças femininas desde que representem um padrão aceito e incentivado do que é ser mulher – tema que aparece estreitamente vinculado à moral religiosa. Pode ser que apenas sejam legitimadas (ou reconhecidas) as líderes que reproduzam o ideal feminino aceito localmente – mulheres corajosas na esfera dos enfrentamentos políticos com a ordem local e que exerçam intensamente a sua fé religiosa na vida cotidiana. Muitas das entrevistadas de 2012, de fato, exercem uma espécie de liderança religiosa formal – grande parte delas é catequista da Igreja Católica ou participante frequente dos rituais e formas de associação desenvolvidas em diferentes correntes religiosas. Em muitos casos, iniciaram sua experiência de participação na vida pública em trabalhos voluntários em suas igrejas e, com isso, ganharam visibilidade na vida das comunidades que mais tarde as escolheram para cargos de liderança junto aos sindicatos rurais, às câmaras de vereadores ou às esferas da burocracia local. Esse é um caminho comum que encontramos na experiência dessas mulheres da região leste de Minas.

É interessante lembrar que esse é um ritual de iniciação na vida pública – traço característico das sociedades arcaicas – destinado não às mulheres, mas aos homens originários de famílias com certa influência na vida social. Note-se que a experiência dessas mulheres, ao mesmo tempo em que conjuga a manutenção dessa tradição do rito religioso e da aceitação da liderança feminina na arena pública mediante a chancela da religião, por outro lado evoca o próprio rompimento de algumas tradições (e.g. a exclusividade masculina nesse ritual de legitimação para a vida pública) ou uma forma de atualização do rito.

Tanto no meio rural como nas pequenas cidades, grande parte dessas líderes estiveram ou estão vinculadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as quais exerceram forte influência em sua formação. Foi nas CEBs onde elas aprenderam muitos dos instrumentos de raciocínio de que se utilizam, a oratória, a negociação política e uma bagagem de recursos e princípios éticos para a vida política que aplicam em sua experiência prática cotidiana. Diríamos, portanto, que o aprendizado que as sociedades tradicionais destinavam aos homens, para que assumissem na vida adulta as rédeas dos acontecimentos que definiriam o futuro de suas sociedades, na experiência encontrada na região leste está sendo permitida às mulheres em um formato modernizado e com viés progressista e participativo. Foi o traço mais marcante e paradoxal que a pesquisa encontrou unindo mulheres de todas as formações religiosas, intelectuais, sociais, culturais e políticas.

Referências

- AGUIAR, N. “Perspectivas feministas e o conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro”. In: AGUIAR, N. **Gênero e ciências humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- _____. Patriarcado. In: FLEURY-TEIXEIRA, E. M., MENEGHEL, S. M., (orgs.) **Dicionário Feminino da Infância**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2015.
- BECK, U. **Sociedade de Risco – rumo a outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização Reflexiva – Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.
- BENZ, C. R.; NEWMAN, I. **Qualitative-Quantitative Research Methodology: Exploring the Interactive Continuum**. Carbondale e Edwardsvill, IL: Southern Illinois University Press, 1998.
- BORGES, M. L. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no Leste de Minas Gerais. **Revista Brasileira de História**, v. 24, n. 47, 2004.
- GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.
- GOODWIN, J.; HOROWITZ, R. **Introduction: The Methodological Strengths and Dilemmas of Qualitative Sociology**. Qualitative Sociology, 2002.
- MAINE, H. S. **Ancient Law**. Gloucester, Massachusetts: Peter Smith Editors, 1970.
- PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TOENNIES, F. **Comunity and Society**. New York: Dower Publications, 2002.
- WALBY, S. **Theorizing Pathriarchy**. Häftad: Blackwell Publishers, 1990.
- WEBER, M. **Economy and Society**. Ed. By Guenther Roth and Claus Wittic, Berkerley University Press, 1979.

Recebido em março de 2016

Aprovado em abril de 2016

